



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ATUARIAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

ALINE OLIVEIRA COUTINHO DA FONSECA

**CONTROLES INTERNOS: UMA ANÁLISE DAS DEFICIÊNCIAS REPORTADAS
POR EMPRESAS DA SAÚDE LISTADAS NA B3 CLASSIFICADAS NO
SEGMENTO DO NOVO MERCADO**

Recife

2025

ALINE OLIVEIRA COUTINHO DA FONSECA

**CONTROLES INTERNOS: UMA ANÁLISE DAS DEFICIÊNCIAS REPORTADAS
POR EMPRESAS DA SAÚDE LISTADAS NA B3 CLASSIFICADAS NO
SEGMENTO DO NOVO MERCADO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador (a): Prof. Dra. Christianne Calado Vieira de Melo Lopes

Recife

2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Fonseca, Aline Oliveira Coutinho da.

**CONTROLES INTERNOS: UMA ANÁLISE DAS DEFICIÊNCIAS
REPORTADAS POR EMPRESAS DA SAÚDE LISTADAS NA B3
CLASSIFICADAS NO SEGMENTO DO NOVO MERCADO / Aline Oliveira
Coutinho da Fonseca. - Recife, 2025.**

44 : il., tab.

Orientador(a): Christianne Calado Vieira de Melo Lopes

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de
Pernambuco, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Contábeis -
Bacharelado, 2025.

1. Deficiência. 2. Controles Internos. 3. Saúde. 4. Novo Mercado. 5. B3.
6. Subsetores da saúde. I. Lopes, Christianne Calado Vieira de Melo.
(Orientação). II. Título.

300 CDD (22.ed.)

FOLHA DE APROVAÇÃO

ALINE OLIVEIRA COUTINHO DA FONSECA

CONTROLES INTERNOS: UMA ANÁLISE DAS DEFICIÊNCIAS REPORTADAS POR EMPRESAS DA SAÚDE LISTADAS NA B3 CLASSIFICADAS NO SEGMENTO DO NOVO MERCADO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Aprovado em 18 de agosto de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof.(a). Dra. Christianne Calado Vieira de Melo Lopes
Universidade Federal de Pernambuco

Prof.(a). Célio Beserra de Sá
Universidade Federal de Pernambuco

Prof.(a). Patrícia Lacerda de Carvalho
Universidade Federal de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

Gostaria de iniciar agradecendo a Deus por me proporcionar tudo que tenho hoje, principalmente o dom da vida! Aos meus familiares que sempre me apoiaram em todos os momentos, oferecendo amparo e ânimo em situações de angústia e celebrando as situações de alegria e sucesso. A minha orientadora que me auxiliou na escolha do tema e ofereceu condições para que eu desenvolvesse meu trabalho dentro dos objetivos propostos. A todos os professores que fizeram parte da minha graduação, por terem contribuído para a minha formação possibilitando que concluísse o curso com sucesso. E aos amigos que compartilharam desta caminhada; árdua, mas muito produtiva.

RESUMO

A presente pesquisa teve o objetivo de identificar as principais deficiências de controles internos, reportadas em 2024 referentes ao ano-base de 2023, por empresas do setor da saúde listadas na B3 classificadas no segmento do novo mercado, reportadas pelas empresas de auditoria e divulgadas pelas empresas por meio dos Formulários de Referência exigidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Para atingir os objetivos propostos, foi adotada uma abordagem qualitativa e quantitativa do tipo exploratória e descritiva, utilizando uma análise documental por meio dos Formulários de Referência publicados no site da B3. A seleção da amostra baseou-se no setor da saúde e no segmento do Novo Mercado. Os dados foram processados e categorizados a fim de identificar estatísticas recorrentes de deficiências nos controles internos. A pesquisa foi desenvolvida inicialmente com uma população de 18 Companhias integrantes do setor da saúde e do Novo Mercado, no entanto foram desconsideradas 10 que não reportaram deficiências no formulário de referência publicado. Após triagem dos relatórios das empresas, obteve-se 8 Companhias que reportaram deficiências de controle interno para o exercício social de 2023. Os resultados obtidos após a comparação dos relatórios publicados revelam que falhas nos controles internos das empresas da saúde nesse segmento de alta regulação e exigência ainda são frequentes, no entanto, o resultado nos evidenciou que os subsetores econômicos atrelados aos serviços médicos e comércio e distribuição foram os únicos que reportaram deficiências. Além disso, o estudo contribuiu com a identificação das deficiências mais frequentes por assunto, sendo: conciliação bancária/financeira e adoção do IFRS 17 para o tema Contábil, controle dos acessos para o tema Tecnologia da Informação e controle de revisões para o tema administrativo.

Palavras-chave: Deficiência, Controles Internos, Saúde, Novo Mercado, B3, Subsetor, Classificação.

ABSTRACT

The current research aimed to identify the main deficiencies in internal controls reported in 2024 concerning the base year of 2023 by companies in the healthcare sector listed on B3 classified in the new market segment, as reported by auditing firms and disclosed by companies through the Reference Form required by the Securities and Exchange Commission (CVM). To achieve the proposed objectives, a qualitative and quantitative exploratory and descriptive approach was adopted, using documentary analysis through the Reference Forms published on the B3 website. The sample selection was based on the healthcare sector and the New Market segment. The data were processed and categorized in order to identify recurring statistics on deficiencies in internal controls. The research was initially developed with a population of 18 companies from the health sector and the New Market; however, 10 companies that did not report deficiencies in the published reference form were disregarded. After screening the companies' reports, 8 companies were found to have reported deficiencies in internal controls for the 2023 fiscal year. The results obtained after comparing the published reports reveal that failures in the internal controls of companies in the highly regulated and demanding health segment are still frequent. However, the outcome highlighted that the economic sub-sectors associated with medical services, commerce, and distribution were the only ones that reported deficiencies. Additionally, the study contributed to identifying the most frequent deficiencies by topic, namely: bank/financial reconciliation and the adoption of IFRS 17 for the Accounting theme, access control for the theme Information Technology and revision control for the administrative theme.

Keywords: Deficiency, Internal Controls, Health, New Market, B3, Subsector, Classification.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

B3	Bolsa de Valores do Brasil
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
COSO	Committee of Sponsoring Organizations (Comitê das Organizações Patrocinadoras)
IBGC	Instituto Brasileiro de Governança Corporativa
OECD	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ESG	Environmental, Social and Governance
IIA BRASIL	Instituto dos Auditores Internos do Brasil
OMS	Organização Mundial da Saúde
ANS	Agência Nacional de Saúde Suplementar
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
SUS	Sistema Único de Saúde
IFRS	International Financial Reporting Standards (Normas Internacionais de Contabilidade)
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Quantidade de empresas nos subsetores da saúde listados na B3 participantes do novo mercado com deficiência.....	29
Tabela 2 - Conclusões sobre os reportes de deficiências.....	31
Tabela 3 - Quantidade de deficiências reportadas por subsetor econômico.....	32
Tabela 4 - Quantidade de deficiências reportadas por <i>Big Four</i>	34
Tabela 5 - Deficiências reportadas.....	36
Tabela 6 - Deficiências reportadas: Assuntos Administrativos.....	37
Tabela 7 - Deficiências reportadas: Assuntos de Tecnologia da Informação.....	38
Tabela 8 - Deficiências reportadas: Assuntos Contábeis.....	39

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Cubo dos objetivos e componentes dos controles internos.....	15
Figura 2 – Imagem dos principais princípios da governança corporativa.....	21

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA	9
1.2 OBJETIVOS.....	9
1.2.1 OBJETIVO GERAL.....	9
1.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	10
1.3 JUSTIFICATIVA	10
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	12
2.1 CONTROLES INTERNOS.....	12
2.2 DEFICIÊNCIAS NOS CONTROLES INTERNOS.....	15
2.3 O PAPEL DOS CONTROLES INTERNOS NA GOVERNANÇA CORPORATIVA	19
2.4 O SETOR DA SAÚDE NO SEGMENTO DO NOVO MERCADO	22
2.5 ESTUDOS ANTERIORES	25
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	27
3.1 TIPO DE PESQUISA	27
3.2 ABORDAGEM DA PESQUISA.....	27
3.3 DELIMITAÇÕES DA PESQUISA.....	28
3.4 COLETA DE DADOS E AMOSTRA DO ESTUDO	28
3.5 ANÁLISE DE CONTEÚDO	29
4. RESULTADOS	31
4.1 VISÃO GERAL DAS DEFICIÊNCIAS DE CONTROLES INTERNOS DA SAÚDE POR SEGMENTO.....	31
4.2 ANÁLISE DAS DEFICIÊNCIAS REPORTADAS ENTRE OS SUBSETORES DA SAÚDE NO NOVO MERCADO.....	32
4.3 ANÁLISE DOS REPORTES FEITOS PELAS BIG FOUR SOBRE AS DEFICIÊNCIAS DE CONTROLE INTERNO NAS EMPRESAS DA SAÚDE NO NOVO MERCADO	34
4.4 ANÁLISE DAS DEFICIÊNCIAS REPORTADAS NO SETOR DA SAÚDE.....	36
4.4.1 DEFICIÊNCIAS REPORTADAS SOBRE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS.....	37
4.4.2 DEFICIÊNCIAS REPORTADAS SOBRE ASSUNTOS DE TI	38
4.4.3 DEFICIÊNCIAS REPORTADAS SOBRE ASSUNTOS CONTÁBEIS	39
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
REFERÊNCIAS.....	42

1. INTRODUÇÃO

Os controles internos tornaram-se elementos fundamentais para garantir a eficiência operacional das organizações, ao atuarem como um conjunto de políticas, procedimentos e práticas desenvolvidas para prevenir possíveis irregularidades e assegurar a integridade dos processos. Deficiências nesse mecanismo compromete a confiabilidade das informações divulgadas pelas entidades, principalmente naquelas listadas na Bolsa de Valores, controladas pela CVM (Comissão de Valores Imobiliários). Ademais, de acordo com Oliveira, Santos e Pinho (2018), a ausência de controles internos adequados compromete a confiabilidade das informações, gera incertezas aos *stakeholders* e expõe a organização a riscos operacionais e legais.

Em virtude da importância dos controles internos, o presente estudo tem como foco as empresas listadas na B3 (Bolsa de Valores do Brasil), no contexto brasileiro, especialmente aquelas inseridas no setor altamente regulado da saúde e segmento do novo mercado. Dessa forma, em atendimento ao Código Brasileiro de Governança Corporativa, as organizações listadas na B3 devem informar, em seus Formulários de Referência, se adotam políticas de gerenciamento de riscos e controles internos adequados ao porte e à complexidade das atividades, bem como indicar eventuais compartimentos existentes e apresentar justificativas em caso de adoção parcial ou não adoção (CVM, 2017).

Por essa perspectiva, o setor da saúde apresenta características complexas e regulatórias que tornam essencial a existência de controles internos eficazes. A ausência desses controles favorece o surgimento de falhas operacionais, desperdícios e fraudes (Barros, 2020). Além disso, com o aumento de fusões e aquisições no setor da saúde, tornou-se ainda mais necessário o fortalecimento dos controles internos para garantir integridade nas informações e segurança nos processos de integração (Souza, 2018).

Portanto, este estudo sobre as deficiências de controles internos reportadas por empresas da saúde listadas na B3 classificadas no segmento do novo mercado, é relevante para entender as principais fragilidades dos controles internos, nas organizações do setor da saúde, que estão sendo publicamente reportadas e torna-

se relevante não apenas para fins acadêmicos, mas também para profissionais de auditoria, *compliance* e gestão de riscos.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

O controle interno é um processo, conduzido pela administração e por outros membros da organização, projetado para fornecer segurança razoável quanto à realização dos objetivos nas categorias: eficácia e eficiência das operações, confiabilidade dos relatórios financeiros e conformidade com leis e regulamentos aplicáveis (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission – COSO*, 2013). Dessa forma, as empresas do setor da saúde listadas na bolsa, classificadas no segmento do novo mercado, reguladas e monitoradas, também devem adotar controles eficazes a fim de obter relatórios confiáveis.

Entretanto, mesmo com requisitos mais robustos de governança, diversas Companhias ainda apresentam deficiências em seus sistemas de controles internos, o que pode impactar negativamente a confiabilidade das demonstrações contábeis e a gestão dos riscos organizacionais (CVM, 2023; Crepaldi, 2016). O que destaca uma aparente contradição entre o nível exigido de governança corporativa e a persistência dessas deficiências, pois o Novo Mercado da B3 foi criado com o objetivo de estabelecer padrões mais rígidos de governança corporativa, impondo requisitos adicionais para empresas listadas, como a adoção de práticas mais transparentes e o alinhamento de interesses entre acionistas minoritários e controladores (B3, 2023).

Diante do exposto, esta pesquisa se propõe a responder a seguinte pergunta: **Quais as principais deficiências de controles internos reportadas pelas empresas do setor da saúde participantes da B3 classificadas no segmento do novo mercado?**

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 OBJETIVO GERAL

O objetivo geral dessa pesquisa é identificar as principais deficiências de controles internos, reportadas em 2024 referentes ao ano-base de 2023, por empresas do setor da saúde listadas na B3 classificadas no segmento do novo mercado.

1.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Para atingir o alcance do objetivo geral proposto, este estudo possui os seguintes objetivos específicos:

- Identificar, quantificar e comparar os subsetores atrelados as deficiências de controles internos reportados na B3 pelas empresas do setor da saúde pertencentes ao segmento do novo mercado;
- Identificar, quantificar e comparar a *big four* responsável pelo reporte das deficiências de controles internos identificadas durante uma auditoria externa nas empresas do setor da saúde classificadas no segmento do novo mercado, na B3;
- Identificar, quantificar e comparar os principais tipos de deficiências reportadas no setor da saúde;

1.3 JUSTIFICATIVA

O tema das deficiências de controle interno reportadas por empresas da saúde listadas na B3 classificadas no segmento do novo mercado é relevante e contemporâneo, especialmente diante da relevância social e econômica do setor da saúde no Brasil, por ser responsável por serviços essenciais à população. As empresas desse setor que estão listadas na B3, a principal bolsa de valores do Brasil, enfrentam exigências crescentes quanto à transparência, à prestação de contas e à qualidade das informações financeiras que divulgam (Silva e Almeida, 2020).

Portanto, estudar essas fragilidades de controle interno nesse setor em específico, torna-se pertinente uma vez que mesmo com as exigências crescentes na qualidade das informações, o setor ainda apresenta deficiências em seus sistemas de controle interno, o que pode afetar negativamente a confiabilidade das demonstrações contábeis e a imagem das empresas perante investidores e órgãos reguladores (Oliveira; Costa e Lima, 2021).

Além disso, essas falhas também colocam em risco a integridade dos processos organizacionais e dificultam o cumprimento das boas práticas de gestão e governança. Por isso, para entender por que as falhas são constantes é importante entender quais são essas falhas e os fatores que impedem o cumprimento das boas práticas de governança. Pois, a governança corporativa, cada vez mais valorizada no ambiente empresarial brasileiro, depende diretamente da existência de controles internos eficientes para garantir sua efetividade (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC, 2023).

Por fim, esta pesquisa pretende oferecer sua contribuição para o entendimento das principais deficiências de controle enfrentadas pelo setor da saúde listadas na B3 classificadas no segmento do novo mercado. O estudo também oferece subsídios para o fortalecimento das práticas de governança e o desenvolvimento de políticas mais eficazes no controle de riscos e na promoção da confiança no mercado.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CONTROLES INTERNOS

Os controles internos podem ser definidos a partir de diferentes perspectivas conceituais, segundo COSO (2013), uma das referências mais amplamente reconhecidas e adotadas mundialmente para a estruturação e avaliação dos mecanismos de controles internos, esse sistema é conduzido pela administração e por outros colaboradores, projetado para fornecer segurança razoável quanto à realização de objetivos relacionados a operações, relatórios e conformidade. Ou seja, para se obter resultados corretos e segurança nas demonstrações financeiras apresentadas, uma organização necessita de controles confiáveis e administrados adequadamente.

Já para Attie (2020), os controles internos são definidos como os meios planejados e organizados adotados pelas empresas para salvaguardar seus ativos, verificar a exatidão e a fidedignidade dos dados contábeis, promover a eficiência operacional e estimular a adesão às políticas estabelecidas. Portanto, com base nas definições apresentadas, observa-se que esses mecanismos são extremamente importantes e desempenham papéis fundamentais dentro de uma. Exemplos de controles são as conciliações periódicas das contas patrimoniais, os acessos aos sistemas e a segregação de funções dentro de uma organização.

Conforme definições dos controles internos apresentadas, vale ressaltar que eles não são impecáveis e que uma organização que possui controles bem definidos poderá ter problemas e falhas. Pelo contrário, a própria definição do COSO (2013) afirma que são sistemas que oferecem segurança razoável, devido às limitações inerentes. Então, embora sejam fundamentais para um funcionamento saudável e organizado de uma entidade, esses mecanismos não impedem falhas, mas ajudam a detectá-las previamente.

Portanto, os principais objetivos dos controles internos são: fornecer segurança razoável quanto à eficiência e eficácia operacional, à confiabilidade dos relatórios financeiros e à conformidade deles com leis e regulamentos aplicáveis. Além disso, esses mecanismos estão diretamente ligados à governança corporativa, uma vez

que ter controles bem desenhados, apenas, e não ter pessoas para geri-los não os fazem cumprir seus objetivos propostos. Assim, Cunha e Miranda (2019) afirmam que, o fortalecimento dos controles internos é uma ferramenta essencial para mitigar riscos organizacionais e sustentar estruturas de governança corporativa.

Dessa maneira, o primeiro principal objetivo da estruturação de controles internos é a eficiência e eficácia operacional. Isso significa que quando um controle é desenhado ele busca aprimorar a organização e operacionalização das atividades, permitindo que as mesmas sejam executadas de forma estruturada, evitando retrabalhos e promovendo agilidade aquela rotina. Um exemplo disso é uma empresa implementar um sistema de conciliação de contas patrimoniais para evitar erros visuais de uma execução manual e reduzir o tempo levado para as conciliações das diversas contas do seu plano de contas que possuem saldo e são conciliadas periodicamente.

Já a confiabilidade das informações financeiras pode ser considerada como o resultado da implantação de controles seguros, pois eles contribuem para que a realidade econômica seja refletida adequadamente nos registros feitos. De acordo com Attie (2020), controles adequados evitam que os dados contábeis sejam afetados por erros ou manipulações, assegurando sua fidedignidade. E por fim, dentre os objetivos citados anteriormente, a conformidade com as leis e regulamentos são de suma importância, pois um controle que garante isso, assegura que a organização cumpra obrigações legais, fiscais, regulatórias e internas, evitando maiores transtornos por desconhecimento ou esquecimento. Exemplo disso, é um sistema que alerta o CNPJ que seu alvará de funcionamento ou suas licenças estão próximas do vencimento garantindo que a governança tome providências antes de serem notificadas pelos órgãos responsáveis.

Visto isso, os componentes que fundamentam os controles internos propostos pelo COSO (2013) são 5: ambiente de controle, avaliação de riscos, atividades de controle, informação e comunicação, e atividades de monitoramento. O 'ambiente de controle' representa a base onde os outros componentes dos controles internos são construídos. Esse ambiente refere-se a estruturas que orientam e sustentam o sistema de controles internos, é onde tudo se inicia, pois corresponde a um conjunto de fatores, padrões, processos e estruturas. Os principais elementos desse ambiente

são: integridade e valores éticos da alta administração, competência dos colaboradores, filosofia e estilo operacional da administração, estrutura organizacional, atribuição de autoridade e responsabilidade e políticas e práticas de recursos humanos.

Além desse componente, a 'avaliação de riscos' é o segundo componente dos controles internos onde demonstra a identificação prévia de possíveis riscos que possam comprometer o alcance dos propósitos da organização. Essa avaliação corresponde a uma busca de ameaças internas e externas que de alguma forma podem influenciar negativamente os objetivos dos controles internos desenhados. Seus principais aspectos são: identificação de riscos, análise da probabilidade e impacto, avaliação de riscos inerentes e residuais, consideração de riscos de fraude e riscos de mudanças (COSO, 2013).

Já as 'atividades de controle' representam as práticas do controle interno, ou seja, transformam os princípios do ambiente de controle em ações estabelecidas para garantir que as diretrizes da gestão sejam cumpridas. Esse componente é estabelecido para garantir que o controle seja colocado em prática, e tem como características: ser executado em todos os níveis organizacionais, podem ser atividades preventivas ou detectivas, devem ser consistentes e documentadas e incluem ações como: segregação de funções; autorizações e aprovações; reconciliações e conferências; revisões analíticas e controles físicos sobre ativos (COSO, 2013).

Ademais, a 'informação e comunicação' dizem respeito à componentes essenciais para garantir o conhecimento de informações relevantes e de necessárias dentro da organização e para partes interessadas. É uma cadeia de conhecimento, processamento e propagação de interesses e funções que cada pessoa tem em determinado controle. Seus principais elementos são: informações relevantes e de qualidade, comunicação interna eficaz, comunicação externa apropriada, sistemas de informação eficientes e canal para reporte de não conformidades (COSO, 2013).

Por sua vez, o 'monitoramento' envolve o acompanhamento e avaliação contínua da eficácia/desempenho dos controles e a correção de eventuais falhas (COSO, 2013; IBGC, 2020). É por meio dele que a organização pode identificar falhas nos seus

controles e corrigi-las de forma imediata evitando riscos maiores. Assim, suas principais características são: acompanhamento contínuo e avaliações periódicas, identificação de deficiências nos controles, comunicação oportuna dos problemas identificados, revisão de indicadores e resultados e aprimoramento contínuo. Assim, o cubo de controles internos, apresentado pelo COSO, 2013, resume bem os objetivos e componentes expostos.

Figura 1 – Cubo dos objetivos e componentes dos controles internos



Fonte: COSO, 2013

Portanto, compreender a definição, os objetivos e os componentes dos controles internos é importante para analisar suas deficiências e impactos nas organizações, sobretudo em empresas da saúde, e submetidas a exigências mais rigorosas de governança, listadas no Novo Mercado da B3. Pois, de acordo com Sobral e Peci (2021): o sistema de controle interno é essencial para assegurar a integridade das informações, mitigar riscos e apoiar o alcance dos objetivos organizacionais, sendo parte integrante da governança corporativa.

2.2 DEFICIÊNCIAS NOS CONTROLES INTERNOS

As deficiências nos controles internos, foco principal dessa pesquisa, são falhas na elaboração, execução ou até na eficácia dos mecanismos de controle adotados pela organização. Existem várias definições para esses acontecimentos, de acordo com o COSO (2013), uma deficiência ocorre quando um componente do controle ou um princípio relevante não está presente, não está funcionando ou está sendo operado de forma ineficaz. Já para Silva e Almeida (2020), as deficiências em controles internos decorrem de falhas no desenho ou na execução de procedimentos que deveriam mitigar riscos operacionais, legais ou contábeis, podendo gerar prejuízos à confiabilidade da informação.

Por esse viés, essas deficiências também são examinadas pelos auditores externos independentes, de acordo com a NBC TA 265, a qual define tais falhas como:

- (i) o controle é planejado, implementado ou operado de tal forma que não consegue prevenir, ou detectar e corrigir tempestivamente, distorções nas demonstrações contábeis; ou
- (ii) falta um controle necessário para prevenir, ou detectar e corrigir tempestivamente, distorções nas demonstrações contábeis.

Deficiência significativa de controle interno é a deficiência ou a combinação de deficiências de controle interno que, no julgamento profissional do auditor, é de importância suficiente para merecer a atenção dos responsáveis pela governança. (NBC TA 265, 2016).

Dessa forma, entende-se que falhas ou insuficiências no sistema de controle de uma organização comprometem sua capacidade de atingir objetivos de maneira eficaz e segura.

Cabe ressaltar ainda que, essas deficiências possuem classificações, a depender da gravidade da falha e dos riscos associados, podem ser deficiências simples, deficiências significativas ou fraquezas materiais (Attie, 2020). De acordo com essas classificações citadas, a de gravidade leve ou deficiência simples ocorre quando um controle não foi bem elaborado ou não foi bem implementado ou é um controle bom, mas não está atendendo as expectativas porque não está sendo eficaz. Não existem riscos de distorções contábeis se informadas há tempo e corrigidas pela administração.

Já a deficiência de gravidade moderada ou deficiência significativa ocorre quando o controle não está funcionando de maneira adequada ou até quando inexistem

controles para determinado processo. Nessas ocasiões, existe um potencial risco de distorção nas demonstrações contábeis e deve ser comunicada a administração e governança da organização. Por fim, a deficiência de gravidade alta ou fraqueza material ocorre quando as falhas nos controles podem interferir na confiabilidade das informações divulgadas ou inexistem controles recomendados ou existem controles inoperantes, entre outros fatores. Nesses casos, a deficiência deve ser comunicada a alta governança, podendo até ser exigida a divulgação pública (NBC TA 265, 2016).

De acordo com o exposto, existem inúmeras causas para essas fragilidades e normalmente elas estão associadas à ausência de estrutura de controle, à falta de segregação de funções, ao treinamento inadequado de pessoal, à ausência de supervisão efetiva ou ainda à cultura organizacional que desvaloriza práticas formais de controle (IBGC, 2020). No setor da saúde, essas fragilidades podem ser intensificadas devido à complexidade dos processos, ao elevado grau de regulação e à rotatividade de profissionais (Silva e Almeida, 2020). Dessa maneira, as principais causas recorrentes e estruturais de deficiências nos controles internos são: falhas no ambiente de controle, ausência ou deficiência na segregação de funções, falta de qualificação e preparo das equipes, processos informais ou não documentados, sistemas inadequados, falta de monitoramento e revisão dos controles e até resistências à mudança de controles (COSO, 2013).

Sob esse mesmo enfoque, segundo Cunha e Miranda (2019), muitos gestores ainda tratam o controle interno como um mecanismo meramente burocrático, não dando a devida importância, o que contribui para essas falhas recorrentes em sua operacionalização. Essa, também é uma das causas da recorrência de deficiências encontradas nos controles internos, pois se enquadra na causa de ausência de monitoramento, etapa fundamental para o bom funcionamento de qualquer implementação em uma organização.

A partir das causas mencionadas, observam-se consequências relevantes decorrentes das fragilidades nos controles internos, as quais podem comprometer de maneira significativa a sustentabilidade, confiabilidade a continuidade operacional das organizações impactando diversas áreas. Entre os principais impactos estão: o aumento do risco de fraudes e erros devido ao não monitoramento das atividades, a imprecisão nas demonstrações financeiras prejudicando a governança e a tomada de

decisões, o descumprimento de normas e regulamentos a qual resulta em responsabilizações civis e penais e a perda de eficiência operacional causando retrabalhos pela falta de rotinas.

Além dessas, o abalo da reputação e perda da credibilidade e o comprometimento da continuidade da organização são as mais graves consequências da inexistência ou deficiência de controles. Para o IBGC (2020), a ausência de controles eficazes pode minar a confiança do mercado, dificultar o acesso a capital e aumentar o risco de responsabilização dos administradores.

Em virtude dessas consequências, nota-se a importância de uma organização manter controles internos funcionando de forma adequada. Deficiências nessa área, só traz ressalvas para a organização e para a governança, prejudicando a continuidade dela. Crepaldi (2016) argumenta que os impactos financeiros são significativos, podendo incluir multas regulatórias, perda de ativos e custos associados à correção de falhas. Com base nisso, as empresas classificadas no Novo Mercado da Bolsa de Valores do Brasil são ainda mais cobradas por padrões elevados de conformidade e transparência. Assim, o adequado monitoramento e aprimoramento contínuo do sistema de controle interno são essenciais para prevenir falhas e garantir o cumprimento dos objetivos organizacionais (COSO, 2013).

Um exemplo relevante que envolveu consequências devido a deficiências de controles interno foi o caso da Oncoclínicas, que ganhou repercussão em 2024 devido a venda de ações da gestora da organização, Polo Capital, por suspeitas de inflacionamento das margens de lucro da empresa (Polo Capital, 2023). Por esse motivo, a companhia perdeu sua credibilidade no mercado gerando volatilidade nas suas ações e perda de confiança dos investidores. A falta de confiança também gerou perda de qualidade nas informações financeiras divulgadas e dúvidas em relação aos controles internos da empresa, onde foi detectado possíveis ajustes injustificados nos custos, distorcendo a rentabilidade, decorrentes de inexistência de controles para impossibilitar ou corrigir esses ajustes.

Além disso, também foi identificado sistemas de monitoramento menos robustos os quais dificultavam que a entidade supervisionasse transações e receitas em tempo hábil e uma comunicação corporativa e governança desalinhadas ao Nomo Mercado, pois a empresa aparentava não dispor de controles internos suficientemente eficazes

para evitar dúvidas quanto à integridade de suas práticas contábeis. Dessa forma, observaram-se deficiências significativas nos controles da Oncoclínicas, fazendo com que suas informações divulgadas não estivessem dentro dos padrões exigidos (Polo Capital, 2023).

2.3 O PAPEL DOS CONTROLES INTERNOS NA GOVERNANÇA CORPORATIVA

Visto a definição de controles internos e as causas e consequências das suas deficiências, a governança corporativa é de suma importância para o funcionamento desses mecanismos em uma organização e vice-versa, ela pode ser definida como o conjunto de práticas e relacionamentos que visam alinhar os interesses da gestão com os dos acionistas e demais partes interessadas. Nesse contexto, os controles internos constituem-se como instrumentos de suporte à governança, ao estabelecerem procedimentos que asseguram seus objetivos. Segundo a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2015), a adoção de boas práticas de governança é essencial para assegurar a sustentabilidade das empresas e a confiança dos investidores, sobretudo em setores sensíveis à opinião pública, como é o caso da saúde. Assim, a governança corporativa é amparada por um conjunto de princípios que orientam as boas práticas organizacionais, fortalecendo seu objetivo. De acordo com o IBGC (2020), os quatro princípios fundamentais são: transparência, equidade, prestação de contas (*accountability*) e responsabilidade corporativa.

Com base nisso, o princípio da 'transparência', como o próprio nome já diz, significa que a governança deve disponibilizar de informações objetivas, verdadeiras, tempestivas e relevantes que possam influenciar a tomada de decisão dos *stakeholders*. Inclui a divulgação de dados econômicos, ambientais, sociais e de governança (Environmental, Social and Governance - ESG), o que fortalece a confiança e sustenta o desenvolvimento de longo prazo (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OECD, 2023).

Já o princípio da 'equidade' busca garantir tratamento semelhante a todos os *stakeholders* e partes interessadas, respeitando direitos e necessidades individuais e coletivas. Dessa forma, esse princípio exige que não haja privilégios ou discriminação

na geração e fornecimento de informações para os *stakeholders*. Pressupõe justiça e igualdade de oportunidades, reconhecendo a pluralidade dos interessados envolvidos e suas necessidades específicas (IBGC, 2020).

Ademais, a ‘prestação de contas, ou *accountability*’, é primordial e determina que a governança cumpra suas funções com diligência e ética, transparecendo e prestando contas de suas decisões e atuações, e assumindo as consequências de suas posturas e omissões, fortalecendo assim a credibilidade organizacional. Por fim, a ‘responsabilidade corporativa’ passou a ser reconhecida como o principal princípio, pois reflete o compromisso das organizações com sua viabilidade econômico-financeira, com a redução de impactos negativos e a maximização de impactos positivos. Este princípio significa que a governança deve zelar pela sustentabilidade da organização, considerando todos os aspectos nas decisões estratégicas, envolve o reconhecimento do papel da empresa no desenvolvimento ambiental (IBGC, 2020).

Portanto, esses princípios, além de contribuir para um ambiente empresarial com responsabilidade social, constituem a fundamentação das práticas de governança e servem como referência para a estruturação de sistemas de controle, sendo especialmente relevantes em contextos empresariais complexos e altamente regulamentados, como o setor da saúde.

Assim, a figura 2 apresenta os principais princípios da governança corporativa, conforme definidos pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). Os quais, formam a base para uma gestão ética, eficiente e comprometida com a criação de valor sustentável.

Figura 2 – Imagem dos principais princípios da governança corporativa



Fonte: Elaboração Própria, 2025

Em virtude dos princípios de governança corporativa abordados, observa-se que esse conjunto de práticas exige que os controles internos funcionem efetivamente, não sendo apenas projetos formais não executados. Nesse contexto, o Instituto dos Auditores Internos do Brasil – IIA Brasil (2021) aponta que os controles devem ser dinâmicos, ajustando-se continuamente aos riscos emergentes, às mudanças no ambiente regulatório e às expectativas dos *stakeholders*. Assim, os controles internos atuam como um elo entre a governança, a gestão de riscos e o *compliance*, compondo os chamados "três pilares de sustentação da governança corporativa" (IIA BRASIL, 2021).

Ainda nessa ótica, os pilares de sustentação da governança corporativa são de suma importância para seu pleno funcionamento, são eles: governança, gestão de risco e *compliance*. A governança é responsável pelo direcionamento, monitoramento e supervisão da organização, estabelecendo metas estratégicas para o cumprimento do objetivo da organização e garantindo os princípios da governança corporativa, e é exercida pelo conselho de administração e pela alta liderança. Já a gestão de riscos refere-se ao processo de monitoramento e avaliação de possíveis riscos que podem afetar os objetivos da organização, dessa forma, está integrada à tomada de decisões prévias e à estratégia corporativa. E o terceiro pilar, o *compliance*, é um conjunto de

procedimentos que garantem que a organização atinja seus objetivos com eficiência, eficácia e conformidade (IIA BRASIL, 2021).

Visto isso, a Instrução CVM nº 586/2017, que atualizou dispositivos da Instrução CVM nº 480/2009, estabelece que os emissores devem informar, nos seus Formulários de Referência, a existência de políticas formais de controles internos e gerenciamento de riscos, bem como comunicar deficiências relevantes que possam impactar seus negócios (CVM, 2017). E, como visto anteriormente, o não cumprimento dessas exigências pode acarretar punições para a organização, como sanções administrativas ou financeiras e, principalmente, perda de confiança do mercado. Como observado por Cunha e Miranda (2019), a presença de uma estrutura de controles internos robusta e bem gerida está diretamente associada à eficácia da governança corporativa e à geração de valor a longo prazo. Esse ponto é corroborado por Alencastro e Alves (2017), que destacam a importância dos controles internos para a integração entre estratégias organizacionais e a responsabilidade socioambiental.

Portanto, os controles internos, que são bem planejados, aplicados corretamente e acompanhados de forma contínua contribuem diretamente para o fortalecimento da governança corporativa. Eles ajudam a garantir o cumprimento das normas e favorecem a estabilidade e o desenvolvimento das organizações ao longo do tempo. Por outro lado, quando esses controles são falhos ou inexistentes, comprometem não apenas a qualidade da gestão, mas também a imagem da empresa e sua capacidade de se manter competitiva no mercado.

2.4 O SETOR DA SAÚDE NO SEGMENTO DO NOVO MERCADO

O presente estudo tem como foco as empresas da saúde listadas no segmento do novo mercado, por isso esse tópico pretende descrever, resumidamente, sobre o setor da saúde e sobre o segmento do novo mercado para aprimorar o entendimento do setor no âmbito do segmento proposto. Inicialmente, observa-se que o setor da saúde é uma atividade regulada no Brasil e se refere a um conjunto de práticas e procedimentos que visam promover tratamentos, diagnósticos e reabilitação da saúde

da população em geral. Esse setor propõe atividades públicas e privadas e listadas ou não na B3, é uma complexa cadeia produtiva que envolve profissionais de saúde prestadores de serviço, fornecedores e até órgãos reguladores.

Dessa forma, a Organização Mundial da Saúde (OMS) define saúde como um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a “ausência de doença”, reforçando que o setor da saúde deve abranger políticas, ações e serviços que promovam esse bem-estar (OMS, 2024). Ademais, esse setor é regulado por alguns órgãos importantes como: o Ministério da Saúde, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), o Sistema Único de Saúde (SUS) e os Conselhos Profissionais, dessa forma, observa-se ainda, que esse setor é bastante relevante e complexo.

Além disso, representa cerca de 9,4% do PIB nacional e abrange desde hospitais, clínicas e laboratórios até operadoras de planos de saúde e empresas farmacêuticas (OECD, 2024). Visto isso, diversos fatores têm influenciado o crescimento desse setor atualmente e estimulado sua capitalização dentro do mercado financeiro, dentre eles: a demanda crescente por serviços de qualidade, o envelhecimento populacional, os avanços tecnológicos, expansão do setor privado e capitalização via mercado, ampliação da cobertura dos planos de saúde e regulação e políticas públicas de incentivo.

Em virtude do crescimento do setor da saúde no mercado de hoje abordada e da sua regulação, também é importante ter-se um entendimento do conceito de novo mercado, que hoje contam com mais de 130 empresas listadas, abrangendo diversos setores da economia, como saúde, educação, varejo, tecnologia, energia e financeiro. Esse é um segmento especial de listagem na B3, não obrigatório e de alto padrão de exigibilidades na governança corporativa das organizações que optarem. De acordo com a B3, um segmento destinado à negociação de ações de emissão de empresas que se comprometem, voluntariamente, com práticas de governança corporativa mais exigentes do que as já estabelecidas na legislação brasileira (B3, 2023).

Tal segmento, foi criado em 2000, pela Bovespa, atual B3, e amparado pela Lei das Sociedades por Ações ou Lei das S.A., com o intuito de recuperar a confiança dos investidores no mercado acionário brasileiro, reduzindo o risco percebido pelos investidores após as crises financeiras da década de 1990 e atraindo o capital

estrangeiro, além de, estimular boas práticas de gestão, integridade e transparência e valorizar a empresa no mercado e ampliar seu acesso a recursos financeiros, tornando as empresas mais confiáveis e com uma elevada qualidade nas informações divulgadas.

Nesse cenário, a maioria das organizações do setor optaram por listar suas ações no Novo Mercado da B3, segmento que reúne companhias comprometidas com os mais elevados padrões de governança corporativa. Com essa escolha, elas foram submetidas ao cumprimento de alguns requisitos, como: emissão apenas de ações ordinárias, conselho de administração com no mínimo 20% de membros independentes, maior transparência na divulgação de informações financeiras e não financeiras, adoção de práticas contábeis baseadas em padrões internacionais (IFRS), *tag along* de 100% para todos os acionistas e obrigações de divulgação de políticas, como código de conduta, gestão de riscos, remuneração da administração e auditoria (B3,2023).

Por isso, desde seu lançamento, firmou-se como um segmento destinado à negociação de ações de empresas que tem por objetivo zelar pelo cumprimento de práticas de governança corporativa adicionais às que são exigidas pela legislação brasileira. (B3, 2023; Crepaldi, 2016).

Por conta disso, a atuação de empresas do setor da saúde nesse novo ambiente impõe desafios adicionais, por já ser um setor complexo e fortemente regulado por órgãos superiores, o que demanda rígidos padrões de conformidade e controles internos bem estruturados. Para Padoveze (2014), os controles internos são instrumentos essenciais para garantir a integridade das operações e a confiabilidade das informações financeiras, especialmente em setores de alto risco operacional como o da saúde.

Diante do exposto, observa-se que o setor da saúde apresenta exigências que o tornam ainda mais sensíveis à qualidade da gestão, à conformidade regulatória e à eficácia dos mecanismos de controle interno, objetivos principais desse mecanismo. Dessa forma, quando essas organizações optam por ingressar no Novo Mercado da B3, elas assumem o compromisso de operar com elevados padrões de governança corporativa, o que, teoricamente, implicaria maior robustez em suas práticas de controle e transparência. No entanto, a persistência das deficiências eventualmente

reportadas pelas próprias companhias em seus relatórios, mesmo com as exigências formais do segmento escolhido, evidencia a necessidade de uma análise crítica e aprofundada sobre as deficiências nos controles internos dessas empresas e sua real eficácia. Entender essas fragilidades em empresas de um setor tão sensível e exposto a riscos como o da saúde, mesmo quando estão inseridas em um ambiente que exige elevados padrões de governança, permite avaliar até que ponto as práticas adotadas na gestão condizem com os compromissos assumidos publicamente.

Dessa forma, analisar as deficiências nos controles internos reportadas por empresas da saúde listadas no Novo Mercado permite identificar os principais pontos de fragilidade em um ambiente que, simultaneamente, demanda excelência operacional, transparência e responsabilidade social.

2.5 ESTUDOS ANTERIORES

Diversas pesquisas acadêmicas, artigos e pesquisas têm estudado sobre as deficiências dos controles internos das empresas listadas no segmento do novo mercado da B3, especialmente no setor da saúde. Assim, esses estudos oferecem bases teóricas e práticas importantes para entender como as falhas nos controles internos se conectam à governança corporativa para o direcionamento da organização, à atuação da auditoria para avaliação das informações e à qualidade das informações contábeis divulgadas.

Dessa forma, Ferreira e Costa (2019) analisaram a relação entre deficiências nos controles internos, governança corporativa e a qualidade da informação contábil em empresas não financeiras listadas na B3 no período de 2015 a 2017. Os resultados dessa análise indicaram que companhias com esse tipo de fragilidade tendem a apresentar menor qualidade nas informações contábeis divulgadas, reforçando a importância de uma governança corporativa mais sólida como mecanismo de mitigação de riscos operacionais e contábeis.

No âmbito acadêmico, Zittei et al. (2020) realizaram uma análise com 208 empresas não financeiras da B3 também no período que Ferreira e Costa 2019 selecionou, identificando que quase 40% delas reportaram deficiências em controles

internos. Além disso, esse estudo também revelou que a divulgação dessas deficiências motivou ações corretivas nas organizações, o que melhorou a qualidade da informação contábil.

Outra pesquisa que pode ser citada é a de Santos (2023), onde foram examinados os Formulários de Referência de 462 empresas da B3 e constatou que o segmento do Novo Mercado foi o que apresentou maior número de deficiências significativas nos controles internos reportadas, especialmente relacionadas a sistemas de tecnologia, controles administrativos e demonstrações contábeis, o que confirma a justificativa da presente pesquisa.

Além disso, Maquiaveli (2023) também investigou outras 343 empresas da B3 entre 2016 e 2021 e observou que cerca de 40% delas divulgaram deficiências de controle interno. Assim, o estudo detectou que organizações maiores, com auditoria externa *Big Four*, tendem a reportar essas deficiências com mais frequência, sugerindo maior transparência em sua governança. Já o estudo elaborado pelo ACI Institute e Board Leadership Center da KPMG (2024) analisou 282 companhias abertas e também constatou que 37% relataram deficiências em controles internos, especialmente em áreas como TI, processos contábeis e operações. Visto isso, Rocha (2025) analisou 190 companhias do Novo Mercado onde 19 eram do setor da saúde e observou que esse setor apresentou 33 deficiências no ano de 2023, ficando em segundo lugar no *ranking* de empresas com mais deficiências.

Portanto, esses estudos reforçam e contribuem para a importância de analisar as deficiências de controles internos em empresas de saúde listadas no Novo Mercado da B3. Vale destacar que, como abordado anteriormente, embora a adesão ao Novo Mercado represente um avanço em termos de governança, isso não assegura, por si só, a efetividade dos controles internos, os quais demandam aperfeiçoamento contínuo e alinhamento às boas práticas corporativas.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 TIPO DE PESQUISA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa descritiva. O tipo descritiva, busca observar, analisar e registrar os fatos que como ocorrem, ou seja, busca registrar características comuns nos relatórios das empresas do setor da saúde listadas no Novo Mercado da B3, de acordo com Vergara (2016), visa descrever características de determinado fenômeno ou a relação entre variáveis, sem manipulá-las, sendo adequada quando se pretende compreender como algo ocorre em um determinado contexto.

Portanto, a escolha desse tipo de pesquisa justifica-se pela necessidade de compreender um fato sistematizada, especificamente no contexto das empresas de saúde listadas no Novo Mercado. A abordagem exploratória permitiu identificar e aprofundar os conhecimentos sobre o tema dos controles internos e suas fragilidades, enquanto a descritiva possibilitou retratar, com base em formulários de referência divulgados, como essas deficiências têm se manifestado na prática.

3.2 ABORDAGEM DA PESQUISA

A abordagem da pesquisa será predominantemente qualitativa, ainda que com elementos quantitativos na etapa de análise de dados, ou seja, terá um método misto. Por isso, o método qualitativo será utilizado para interpretar o conteúdo dos controles internos apresentadas nos formulários de referência das empresas analisadas, considerando os significados e implicações das deficiências relatadas. Conforme destaca Minayo (2017), a pesquisa qualitativa se aprofunda em aspectos não quantificáveis da realidade, como intenções, crenças, valores e significados atribuídos pelos agentes envolvidos.

Por outro lado, o uso de dados quantitativos no levantamento e classificação das deficiências reportadas e nas empresas do setor da saúde permite uma análise estatística, fornecendo uma visão mais abrangente da frequência e natureza das fragilidades nos controles internos. Para Richardson et al. (2017), a combinação de

abordagens qualitativa e quantitativa é válida quando o objeto de estudo demanda tanto uma compreensão interpretativa quanto uma mensuração objetiva de dados. Portanto, a pesquisa permitirá uma análise interpretativa e objetiva do tema principal.

3.3 DELIMITAÇÕES DA PESQUISA

Como visto, a pesquisa gira em torno de um nicho específico de empresas do setor da saúde listadas no segmento do Novo Mercado da B3, pois esse segmento se tornou referência de boas práticas no Brasil por exigir das empresas níveis mais elevados de transparência e controle, o que contribui diretamente para a redução do custo de capital e maior atratividade para investidores (Carvalho, 2017). Quanto ao recorte temporal, foram consideradas as informações divulgadas nos Formulários de Referência do ano-base de 2023, com o objetivo de identificar deficiências recorrentes ou pontuais, assegurando relevância e atualidade à análise.

Já sobre o que recorte geográfico, a pesquisa abrange exclusivamente empresas do Brasil, conforme a base de dados da B3. Essas delimitações foram definidas para tornar a investigação mais objetiva, viável e coerente com os objetivos da pesquisa, permitindo aprofundar a análise sem perder de vista as especificidades do setor estudado e as exigências regulatórias aplicáveis ao ambiente corporativo brasileiro.

Além disso, serão analisados apenas relatórios financeiros e auditorias divulgados publicamente no site público da CVM, não utilizando as informações internas ou confidenciais das empresas do setor da saúde. Dessa forma, essas delimitações visam garantir a comparabilidade dos dados e a conformidade com as normas contábeis e regulatórias brasileiras (CVM, 2023).

3.4 COLETA DE DADOS E AMOSTRA DO ESTUDO

Os dados serão coletados dos Formulários de Referência do setor da saúde divulgados pela CVM, base confiável e atualizada das informações. Pois, de acordo com Silva e Souza (2021), o Formulário de Referência tornou-se uma ferramenta

essencial de transparência no mercado de capitais brasileiro, consolidando dados estratégicos da empresa e promovendo a comparabilidade entre companhias.

Tabela 1 – Quantidade de empresas nos subsetores da saúde listados na B3 participantes do novo mercado com deficiência

Subsetor econômico	Quantidade	Quantidade com deficiências	Representatividade (%)
Equipamentos	0	0	0%
Medicamentos e Outros Produtos	1	0	0%
Serviços Médico - Hospitalares, Análises e Diagnósticos	9	6	67%
Comércio e Distribuição	8	2	25%
Total	18	8	44%

Fonte: Resultados da pesquisa, 2025.

De acordo com a tabela acima, a população desta pesquisa foi composta por 18 Companhias listadas na B3 participantes do segmento do Novo Mercado no setor da saúde, onde 8 delas apresentaram deficiências. A tabela 1 apresenta a distribuição das empresas que apresentaram deficiências por subsetor econômico, utilizada como base para o estudo.

3.5 ANÁLISE DE CONTEÚDO

A análise dos dados será dividida em duas etapas, uma abordagem qualitativa e outra quantitativa, dessa forma elas permitirão uma visão mais abrangente do objetivo da pesquisa.

Portanto, a abordagem qualitativa pretende: categorizar as deficiências reportadas pelo setor da saúde identificadas nos documentos corporativos das empresas da amostra, como formulários de referência, de acordo com sua natureza. Permitindo, assim, que os principais desafios enfrentados por essas organizações sejam compreendidos.

Já a abordagem quantitativa pretende: utilizar das técnicas estatísticas descritivas com o objetivo de identificar padrões e tendências nas deficiências analisadas. Dentre elas:

- Percentual de empresas da saúde que reportaram deficiências nos controles internos, por segmento;
- Subsetor econômico da saúde mais comum de deficiências reportadas;
- *Big Four* responsáveis pelo reporte;
- Deficiências mais comuns reportadas.

Assim, essa utilização de abordagem mista, dos dados qualitativos e quantitativos, permitirá uma compreensão mais completa do cenário abordado das deficiências nos controles internos das empresas do setor da saúde no segmento do Novo Mercado, melhorando a validade e a profundidade da análise e fornecendo dados mais sólidos para recomendações futuras em governança corporativa.

4. RESULTADOS

Esta seção da pesquisa tem o objetivo de apresentar seus resultados, a análise foi realizada com base na existência de deficiências de controles internos reportadas pelas Companhias participantes da B3 no segmento de novo mercado e no setor da saúde, através dos seus formulários de referência divulgados.

4.1 VISÃO GERAL DAS DEFICIÊNCIAS DE CONTROLES INTERNOS DA SAÚDE POR SEGMENTO

O estudo das deficiências de controles internos reportadas pelas empresas do setor da saúde listadas no segmento do Novo Mercado da Bolsa de Valores do Brasil aponta um cenário em que, apesar dessas companhias seguirem regras de alto padrão de exigibilidades na governança corporativa das organizações, ainda há uma parcela considerável que revela fragilidades nesse aspecto, como apresentado na tabela abaixo.

Tabela 2 – Conclusões sobre os reportes de deficiências

Empresas do novo mercado	Quantidade	Representatividade (%)
Reportaram deficiências	8	44%
Não reportaram deficiências	10	56%
Total	18	100%

Fonte: Resultados da pesquisa, 2025.

Portanto, de acordo com os dados apresentados, observa-se que 18 empresas compõem o setor da saúde na Bolsa de Valores no segmento do Novo Mercado, mas apenas 8 reportaram deficiências no Formulário de Referência. Nota-se pela tabela 2 que mais de 50% das empresas analisadas estão de acordo com as normas e regulamentos não apresentando deficiências nos seus controles internos. Esse dado pode indicar um esforço significativo por parte dessas organizações em manter práticas de governança corporativa mais robustas e alinhadas às exigências do mercado.

Entretando, observa-se que cerca de 44% das empresas do segmento reportaram deficiências nos seus controles internos do ano de 2023. Ou seja, quase metade da quantidade de empresas classificadas nesse segmento identificou algum tipo de fragilidade significativa nesses mecanismos. Isso significa que, mesmo com cobranças elevadas e fiscalizações para o cumprimento das exigências desse segmento, ainda são identificadas essas falhas nos controles internos das organizações e por isso é necessário o constante aprimoramento deles.

4.2 ANÁLISE DAS DEFICIÊNCIAS REPORTADAS ENTRE OS SUBSETORES DA SAÚDE NO NOVO MERCADO

Além da classificação por segmento, é relevante analisar os subsetores que compõem o setor da saúde, dividido em 4 classificações, sendo eles: o de medicamentos e outros produtos, o de serviços médicos – hospitalares, análises e diagnósticos, o de equipamentos e o de comércio e distribuição. Assim, será possível observar em qual deles tem mais fragilidades nos controles internos e se há tendências estatísticas que merecem atenção especial. Portanto, a análise abaixo se refere a quantidade de deficiências nos controles internos de cada subsetor do segmento do novo mercado no setor da saúde.

Tabela 3 – Quantidade de deficiências reportadas por subsetor econômico

Subsetor econômico	Quantidade	Representatividade (%)
Medicamentos e Outros Produtos	0	0%
Serviços Médico - Hospitalares, Análises e Diagnósticos	26	76%
Equipamentos	0	0%
Comércio e Distribuição	8	24%
Total	34	100%

Fonte: Resultados da pesquisa, 2025.

De acordo com a tabela 3, é possível observar que os únicos subsetores que apresentaram deficiências nesses mecanismos foram o de serviços médicos e de comércio e distribuição, totalizando 34 deficiências significativas reportadas no Formulário de Referência de ano-base 2023. Sendo o de serviços médico –

hospitalares, análises e diagnósticos o que concentra maior parte das fragilidades identificadas, cerca de 76% do total.

Esse tipo de atividade se caracteriza com uma alta complexidade operacional que parte do atendimento aos pacientes até a realização das consultas, exames e procedimentos médicos, exigindo assim diversos tipos de controles financeiros, assistenciais, regulatórios e outros. Por isso, é regulado de maneira rígida pelos órgãos de saúde responsáveis e quando não estão em conformidade com as mínimas exigências são evidenciadas suas falhas de controle interno e governança. Outro ponto que pode justificar essa quantidade de falhas e tendência estatística, é a integração de sistemas e rotinas, como prontuários eletrônicos ou gestão de estoques (áreas propensas a deficiências), que ainda são deficientes nesse setor. E por fim, cabe ressaltar que há forte exposição a riscos financeiros e assistenciais o que reforça a necessidade de controles internos mais robustos onde a ausência ou fragilidade pode explicar o alto número de deficiências apresentadas na tabela acima.

Já o subsetor de comércio e distribuição apresentou 8 deficiências (24%) no ano pesquisado, embora um número menor que o de serviços médicos, ele também apresentou deficiências importantes. Trata-se de empresas que atuam na comercialização e distribuição de produtos e insumos de saúde. Dessa forma, é necessário ter-se uma gestão de logística e de estoques rigorosa para o armazenamento e distribuição desses produtos que podem ser comprometidos em sua segurança e qualidade. Por isso, também é regulado de maneira rígida pelos órgãos de saúde responsáveis, sendo vulneráveis a falhas em processos de documentação, armazenamento e transporte. Além disso, como se trata de itens tangíveis, questões como classificação contábil dos estoques, controles sobre receitas e despesas e apuração de tributos sobre esses materiais podem ser fontes de deficiências internas.

Dessa maneira, a análise dos percentuais de deficiências de controles internos entre os subsetores econômicos da saúde revela que subsetores com alta complexidade operacional e regulamentação, como o de serviços médicos – hospitalares, análises e diagnósticos, apresentam uma maior tendência de falhas. Essas deficiências podem ser atribuídas à imaturidade da área na governança corporativa ou dificuldade de implementar controles internos de gestão eficientes em

um ambiente de alta regulamentações e responsabilidade social. Por outro lado, setores como medicamentos e outros produtos e equipamentos não tem um percentual de falhas no ano estudado, refletindo, em parte, uma menor complexidade e um ambiente regulatório mais estável.

4.3 ANÁLISE DOS REPORTES FEITOS PELAS BIG FOUR SOBRE AS DEFICIÊNCIAS DE CONTROLE INTERNO NAS EMPRESAS DA SAÚDE NO NOVO MERCADO

Outro aspecto importante nesse estudo, é analisar qual empresa está fazendo o reporte dessas deficiências nos Formulários disponibilizados na B3, especialmente as *Big Four*. Pois, cada empresa de auditoria tem a sua metodologia de avaliação, apesar de seguirem as mesmas normas, e isso pode impactar na quantidade e no nível da falha reportada. Assim, essa seção buscará identificar se há tendências estatísticas nas empresas de auditoria (*Big Four*) contratadas que merecem atenção especial. Portanto, a análise a seguir se refere a quantidade de deficiências nos controles internos reportadas pelas *big four* nas empresas do segmento do novo mercado no setor da saúde.

Tabela 4 – Quantidade de deficiências reportadas por *Big Four*

Big Four	Quantidade	Representatividade (%)
DTT	9	28%
EY	9	28%
PWC	7	22%
KPMG	7	22%
Total	32	100%

Fonte: Resultados da pesquisa, 2025.

Pela tabela 4 é possível observar que as firmas de auditoria analisadas são responsáveis por 32 das 34 deficiências analisadas na tabela 3, ou seja, as 4 maiores empresas de auditoria do mundo concentram quase 95% delas e os outros 5% que representam 2 deficiências apenas foram apresentadas pela BKR Lopes Machado Auditores e Consultores. Entre essas firmas, é possível observar uma distribuição uniforme na quantidade de reportes, onde é seguido uma mesma estatística explicada por padrões de procedimentos adotados.

Essas empresas, são reconhecidas internacionalmente pela sua atuação em auditoria, consultoria e outras áreas de serviços corporativos, além disso exercem um papel fundamental na governança, transparência e conformidade regulatória. Assim, nota-se que a *Deloitte Touche Tohmatsu* (DTT) e *Ernst & Young* (EY) reportaram 9 deficiências (28%), cada uma. Já a *PricewaterhouseCoopers* (PWC) e *Klynveld Peat Marwick Goerdeler* (KPMG) reportaram 7 deficiências (22%), cada uma, no setor e segmento mencionado.

Essa tendência pode ser explicada pela homogeneidade na utilização de critérios de avaliação dos controles internos, que podem ser padrão nos procedimentos de auditoria das *Big Four* para a avaliação desse setor. Afinal, elas seguem padrões técnicos e éticos de alto nível, como as Normas Internacionais de Auditoria (ISA), onde adotam padrões definidos pela *International Federation of Accountants* (IFAC) e *International Auditing and Assurance Standards Board* (IAASB). Além desse, o Código de Ética Profissional (IFAC *Code of Ethics*), pilar central das *Big Four*, o Controle de Qualidade e Revisões Internas, a Transparência e Relatórios de Sustentabilidade e Treinamento contínuo e tecnologia, também são padrões dessa área.

Além dessa padronização, a distribuição equilibrada, demonstrada na tabela, das fragilidades pode ser refletida pela natureza e complexidade parecidas das empresas analisadas do setor da saúde auditado por cada firma. Como todas as empresas analisadas estão listadas no segmento do Novo Mercado da B3, é esperado que elas tenham uma exigência de governança corporativa semelhante, o que leva a nivelar o número de deficiências independentemente da empresa de auditoria contratada. Entretanto, apesar da aparente uniformidade dos números, é importante pontuar que a identificação de deficiências também depende de julgamentos profissionais e nível de acesso às informações dos profissionais, o que pode influenciar as variações.

Portanto, a análise revela que as *Big Four*, além de abranger a maioria das empresas da amostra, manteve uma distribuição equilibrada em relação à quantidade de deficiências reportadas nos controles internos, ao longo do período analisado. O que demonstra que mesmo essas empresas estando no segmento do Novo Mercado e sendo auditadas por essas firmas de grande reputação ainda apresentam essas fragilidades nos seus sistemas de controle, necessitando, assim, de uma melhor maturidade nos seus processos internos. Por fim, é importante destacar que as

auditorias de Big Four reforçam a credibilidade dos relatórios financeiros e dos pareceres sobre controles internos, sendo fundamental para a transparência das empresas de capital aberto.

4.4 ANÁLISE DAS DEFICIÊNCIAS REPORTADAS NO SETOR DA SAÚDE

Além das estatísticas apresentadas sobre os segmentos, subsetores e empresas responsáveis pelo reporte, é de suma importância analisar as principais deficiências reportadas no setor da saúde e segmento do novo mercado. Pois, a partir dela é possível observar as tendências das deficiências e entender sua persistência nesse segmento. Portanto, de acordo com a observação e leitura dos Formulários de Referência divulgados na B3, foram identificados 3 principais assuntos apresentados na tabela 5, administrativo, contábil e de TI, os quais serão aprofundados nos tópicos mais a frente.

Tabela 5 – Deficiências reportadas

Assuntos	Quantidade	Representatividade (%)
Administrativo	6	18%
Tecnologia da informação	11	32%
Contábil	17	50%
Total	34	100%

Fonte: Resultados da pesquisa, 2025.

Visto isso, observa-se que o setor contábil das empresas é o que mais apresenta falhas, concentrando 50% do total, o que pode impactar diretamente a qualidade das informações prestadas ao mercado e aos *stakeholders*, onde referem-se a erros ou insuficiências nos registros e processos contábeis. O segundo setor que apresentou outra grande quantidade foi o de Tecnologia da Informação (TI), representando 32% da amostra, um verdadeiro desafio relevante para o setor, sobretudo considerando a crescente digitalização dos processos de saúde, o qual diz respeito a fragilidades nos sistemas de informação. Já o setor administrativo, que abrange assuntos mais gerais da empresa, ficou em terceiro lugar concentrando 18% das deficiências reportadas, o que aponta necessidade de aprimoramento na estrutura e rotinas administrativas, pois englobam falhas relacionadas à gestão organizacional.

Dessa forma, é possível observar que mesmo esse setor estando inserido em um segmento de ambiente e governança bastante rigorosos (Novo Mercado), ainda predominam maiores deficiências na área contábil e na área de TI, que são pilares relevantes dentro das empresas. Isso reforça a importância dessa área investir no melhoramento dos seus processos, na sua governança, em qualificação técnica e automação para garantir maior qualidade e transparência. Portanto, essa pesquisa concentrou os próximos tópicos na apresentação mais detalhada das deficiências reportadas de acordo com a sua classificação por assunto.

4.4.1 DEFICIÊNCIAS REPORTADAS SOBRE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

A primeira classificação trata-se de assuntos administrativos, onde foram analisados os Formulários de Referência que continham reportes de deficiências de controles internos e identificados os seguintes números:

Tabela 6 – Deficiências reportadas: Assuntos Administrativos

Administrativo	Quantidade	Representatividade (%)
Demais	2	33%
Controle de revisão	4	67%
Total	6	100%

Fonte: Resultados da pesquisa, 2025.

Pela tabela 5, é possível identificar que esse é o assunto com menor relevância, representando apenas 18% da população. Entretanto trata-se de um tema bastante relevante afinal a governança corporativa é um dos pilares para os processos internos fluírem dentro da empresa. Dentro dessa classificação e de acordo com a tabela 6, os dados apresentaram que o maior gargalo está nos controles de revisão (67%), onde duas empresas do grupo estudado apresentaram essa fragilidade (MATER DEI e QUALICORP). A qual consiste em falta de revisão ou revisões ineficazes de acessos a sistemas, o que pode resultar em acessos inadequados ou não condizentes de funcionários.

Já a subclassificação “demais” representa 33% das deficiências desse assunto e, também, foram concentradas e 2 empresas da amostra, HAPVIDA e DASA. Trata-se

de ausência de documentação suporte para gestão de mudanças de sistema, no caso do HAPVIDA, que pode causar alterações em ambiente produtivo incorretas ou não autorizadas, e preenchimento incorreto dos cabeçalhos pelos profissionais de saúde, no caso da DASA, que significam Prontuários e Documentos Médicos.

4.4.2 DEFICIÊNCIAS REPORTADAS SOBRE ASSUNTOS DE TI

A segunda classificação trata-se de assuntos de tecnologia da informação, onde foram analisados os Formulários de Referência que continham reportes de deficiências de controles internos e identificados os seguintes números:

Tabela 7 – Deficiências reportadas: Assuntos de Tecnologia da Informação

Tecnologia da Informação	Quantidade	Representatividade (%)
Gerenciamento de mudanças	2	18%
Segregação de Funções	2	18%
Demais	2	18%
Controle de acessos	5	45%
Total	11	100%

Fonte: Resultados da pesquisa, 2025.

Portanto, de acordo com a tabela acima observa-se que existem 11 deficiências reportadas, sendo os assuntos de Gerenciamento de Mudanças, Segregação de Funções e demais representantes de 18%, cada um, dessa classificação. Sendo a subclassificação de “demais” relacionadas a controle de revisão periódica dos perfis de acesso no caso da empresa DIMED e controle e revisão de acessos para a empresa DASA.

Além desses, o que mais se destacou foi o controle de acessos a sistemas, reportados cinco vezes (45%). Esse tipo de problema abrange revogação e permissão de acessos não monitorados, privilégios de acessos indevidos, entre outras deficiências nessa área de TI que podem interferir na qualidade das informações divulgadas.

4.4.3 DEFICIÊNCIAS REPORTADAS SOBRE ASSUNTOS CONTÁBEIS

E a terceira classificação, e mais relevante, trata-se de assuntos contábeis, onde foram analisados os Formulários de Referência que continham reportes de deficiências de controles internos e identificados os seguintes números:

Tabela 8 – Deficiências reportadas: Assuntos Contábeis

Contábil	Quantidade	Representatividade (%)
Reconhecimento de receita	1	6%
Análise de PCLD	1	6%
Apresentação das contas de bancos	1	6%
Contingência	1	6%
Revisão de lançamentos manuais	1	6%
Recuperabilidade de ativos	2	12%
Gestão de estoques	2	12%
Demais	2	12%
Conciliação contábil/bancária	3	18%
Adoção do IFRS 17	3	18%
Total	17	100%

Fonte: Resultados da pesquisa, 2025.

A análise dos dados revela que a deficiência na conciliação contábil e bancária e a adoção do IFRS 17, a qual trata das contabilizações de contratos de seguro, ou seja princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação, (18% cada uma) são os principais problemas enfrentados pelas empresas no âmbito contábil. Já as deficiências na recuperabilidade dos ativos, gestão de estoques e demais (12% cada uma) ocupam o segundo lugar dessa classificação, onde a subclassificação “demais” se refere a controles gerais na contabilidade e consolidação financeira e controles e formalizações sobre as bonificações/verbas recebidas de fornecedores no caso específico da empresa PAGUE MENOS.

Por fim, os demais problemas como reconhecimento de receita, análise de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD), apresentação de contas de bancos, contingências e revisão de lançamentos manuais (6% cada um), também foram identificados na população analisada podendo comprometer a qualidade das informações geradas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo analisar as deficiências nos controles internos reportadas por empresas do setor da saúde listadas na B3, especificamente aquelas classificadas no segmento do Novo Mercado. A partir disso, é possível concluir que mesmo essas empresas inseridas em um ambiente de maior exigência de governança, ainda foram identificadas fragilidades relevantes e que merecem atenção do setor, principalmente nas áreas de contabilidade e tecnologia da informação.

Além disso, a análise revelou que apenas 44% das empresas do setor apresentaram deficiências, enfrentando dificuldades em implementar controles internos robustos, entretanto a maioria cumpre as exigências básicas do segmento. Dessa forma, a pesquisa mostrou que dentro do setor da saúde os subsetores que prevaleceram, em quantidade de deficiência, foram o de serviços médico – hospitalares, análises e diagnósticos (76%) e o de comércio e distribuição (24%) devido a sua alta complexidade operacional que parte do atendimento aos pacientes até a realização das consultas, exames e procedimentos médicos e a necessidade de ter-se uma gestão de logística e de estoques rigorosa para o armazenamento e distribuição dos insumos da saúde.

Já os subsetores de medicamentos e outros produtos e de equipamentos não apresentaram deficiências demonstrando que ambientes com menor complexidade regulatória favorecem a implementação de controles internos mais eficientes. Ademais, a análise dos reportes feitos pelas auditorias das Big Four, demonstraram que existe uma padronização da metodologia e aumento da credibilidade, mas que não impedem a identificação de fragilidades recorrentes. Portanto, foi observado que houve um equilíbrio na quantidade de reportes, sendo a *Deloitte Touche Tohmatsu* (DTT) e *Ernst and Young* (EY) responsáveis por 28% dos reportes, cada uma, e a KPMG e *PricewaterhouseCoopers* (PWC) responsáveis por 22%, cada uma.

Assim, as deficiências estão concentradas, principalmente, em processos contábeis, que representaram 50% das falhas reportadas, na área de tecnologia da informação, com 32% e no setor administrativo com 18%. Dessa forma, a pesquisa evidenciou e elencou as deficiências reportadas mais frequentes, por assunto,

identificando, deficiência nos controles de revisão e de acessos, além das atreladas a conciliação contábil/bancária e adoção do IFRS 17.

Por fim, foi observado que embora as empresas analisadas façam parte do Novo mercado e sejam altamente regulamentadas e fiscalizadas ainda existem fragilidades que persistem nos controles internos. Então, espera-se que as análises desta pesquisa possam contribuir para reflexões futuras sobre a eficácia dos mecanismos de controle interno em empresas do setor da saúde classificadas nesse segmento, pois o fortalecimento desses controles é essencial para melhorar a qualidade das informações além de garantir a confiança dos investidores e a conformidade com as regulamentações exigidas.

REFERÊNCIAS

- ACI INSTITUTE; BOARD LEADERSHIP CENTER DA KPMG. Deficiências em controles internos: um estudo nas empresas abertas brasileiras. São Paulo: KPMG, 2024. Disponível em: <https://kpmg.com/br/pt/home/insights/2024/01/deficiencias-controles-internos-empresas-abertas.html>. Acesso em: 10 jul. 2025.
- ALENCASTRO, Mario Sergio Cunha; ALVES, Osnei Francisco. Governança, Gestão Responsável e Ética nos Negócios. Curitiba: Intersaberes, 2017.
- ATTIE, William. Auditoria: conceitos e aplicações. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2018.
- ATTIE, William. *Auditoria: conceitos e aplicações*. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2020.
- B3. Regulamento do Novo Mercado. São Paulo: B3, 2023. Disponível em: <https://www.b3.com.br>. Acesso em: 10 jun. 2025.
- BARROS, L. A.; ARAÚJO, M. A. F.; SANTOS, C. A. L. *Governança e controles internos em organizações de saúde: uma análise da percepção dos gestores*. Revista de Administração em Saúde, v. 20, n. 78, 2020.
- BRASIL. Comissão de Valores Mobiliários. *Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009*. Dispõe sobre o registro de emissores de valores mobiliários. Disponível em: www.gov.br/cvm. Acesso em: 05 jun. 2025.
- CARVALHAL, André L. *A nova lógica da governança corporativa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.
- COMITÊ DE VALORES MOBILIÁRIOS – CVM. Instrução CVM nº 586, de 29 de junho de 2017. Altera a Instrução CVM nº 480/2009 e introduz o Relatório de Governança Corporativa (RG). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 jun. 2017.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. NBC TA 265 – Comunicação de deficiências de controle interno para os responsáveis pela governança e pela administração. Brasília: CFC, 2016. Disponível em: <https://cfc.org.br>. Acesso em: 25 jun. 2025.
- COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS – CVM. *Instrução CVM nº 586, de 29 de junho de 2017*. Altera a Instrução CVM nº 480/2009. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 jun. 2017.
- COMMITTEE OF SPONSORING ORGANIZATIONS OF THE TREADWAY COMMISSION (COSO). *Internal Control – Integrated Framework*. Executive Summary. USA, 2013.
- CREPALDI, Sílvio Aparecido. Auditoria Contábil: Teoria e Prática. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2016.
- CUNHA, Flávio M.; MIRANDA, Gilson J. Controles internos e sua influência na governança corporativa. *Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos*, São Leopoldo, v. 16, n. 1, p. 17-28, jan./abr. 2019.

CVM. Normas Contábeis e Financeiras para Empresas Listadas. Disponível em: <https://www.cvm.gov.br>. Acesso em: 12 jun. 2025.

FERREIRA, João; COSTA, Maria. Análise da Relação entre as Deficiências dos Controles Internos, a Governança Corporativa e a Qualidade da Informação Contábil. LICEU Online, 2019.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

IASB – INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD. *IFRS 17– Insurance Contracts*. Londres: IFRS Foundation, 2017. Disponível em: <https://www.ifrs.org/issued-standards/list-of-standards/ifrs-17-insurance-contracts/>. Acesso em: 3 ago. 2025.

IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa. 6. ed. São Paulo: IBGC, 2023.

IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. Guia de melhores práticas de controles internos, gestão de riscos e *compliance*. São Paulo: IBGC, 2020.

IIA BRASIL – INSTITUTO DOS AUDITORES INTERNOS DO BRASIL. *Controles internos: uma abordagem integrada à governança e à gestão de riscos*. São Paulo: IIA Brasil, 2021.

MAQUIAVELI, Felipe. *A divulgação de deficiências em controles internos nas empresas da B3: análise de transparência e fatores determinantes*. 2023. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/52594>. Acesso em: 10 jul. 2025.

OCDE. (2015). *Principles of Corporate Governance*. Paris: OECD Publishing.

OLIVEIRA, R. F.; COSTA, L. F.; LIMA, M. A. S. Deficiências nos controles internos: uma análise em companhias abertas do setor da saúde. *Revista Universo Contábil*, v. 17, n. 3, p. 90-108, 2021.

OLIVEIRA, Sandra M.; SANTOS, Rafael G.; PINHO, Carla A. C. Avaliação dos controles internos e sua relação com a governança corporativa. *Revista Universo Contábil*, v. 14, n. 1, p. 1–18, 2018.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – OCDE. *G20/OECD Principles of Corporate Governance*. Paris: OECD Publishing, 2023. Disponível em: <https://www.oecd.org/corporate/principles-corporate-governance.htm>. Acesso em: 01 jul. 2025.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). Institutionalization of Health Accounts in Brazil: Putting Brazilian health spending data into an international context. OECD Health Statistics 2024. Disponível em: https://www.oecd.org/pt/publications/institucionalizacao-das-contas-de-saude-no-brasil_76fe796c-pt/full-report/putting-brazilian-health-spending-data-into-an-international-context_443a3911. Acesso em: 09 jul. 2025.

PADOVEZE, C. L. (2014). *Contabilidade gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil*. São Paulo: Atlas.

POLO CAPITAL. *Carta da Gestão – Event Driven – Junho/2023*. Disponível em: <https://www.polocapital.com/wp-content/uploads/2023/06/Carta-da-Gest%C3%A3o-ED.pdf>. Acesso em: 09 jul. 2025.

SANTOS, Eliana dos. *Evidenciação de deficiências de controles internos nas empresas listadas na B3 S.A.* Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) — Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/248865>. Acesso em: 10 jul. 2025.

SILVA, D. R.; ALMEIDA, J. E. F. A importância dos controles internos para a qualidade das informações contábeis. *Revista de Contabilidade e Organizações*, v. 14, n. 41, p. 1-18, 2020.

SILVA, Carla A.; SOUZA, Henrique F. *Contabilidade e mercado de capitais: teoria e prática*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

SOBRAL, Filipe; PECCI, Alketa. *Administração: teoria e prática no contexto brasileiro*. 6. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2021.

SOUZA, P. R.; LIMA, D. C. *O impacto dos processos de fusão e aquisição nos controles internos: estudo em uma rede hospitalar privada*. *Revista de Administração da Unimep*, v. 16, n. 1, 2018.

VERGARA, Sylvia Constant. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

ZITTEI, Marcus V. M. et al. Análise da relação entre as deficiências dos controles internos, a governança corporativa e a qualidade da informação contábil. *Revista Liceu On-Line*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 45-62, 2020. Disponível em: https://liceu.fecap.br/LICEU_ON-LINE/article/view/1883. Acesso em: 10 jul. 2025.